

## Educação inclusiva e a pessoa idosa com deficiência: Uma análise por *scoping review*

Inclusive education and the elderly with disabilities: A scoping review analysis

Educación inclusiva y personas mayores con discapacidad: un análisis de revisión de alcance

Margaret da Conceição Silva 

Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil.

[marga07silva@yahoo.com.br](mailto:marga07silva@yahoo.com.br)

Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione 

Universidade de Brasília, Brasília – DF, Brasil.

[ichariglione@unb.br](mailto:ichariglione@unb.br)

Recebido em 06 de maio de 2025

Aprovado em 29 de outubro de 2025

Publicado em 10 de novembro de 2025

### RESUMO

A educação inclusiva assegura que toda pessoa tenha o direito de acesso à educação. O envelhecimento é uma realidade relativamente recente no contexto brasileiro, e traz novas demandas de estudos sobre educação inclusiva e o acesso das pessoas idosas comdeficiência à educação. O objetivo deste estudo foi mapear as produções nacionais sobre educação inclusiva e o acesso da pessoa idosa. Para tanto, realizou-se uma *scoping review* pelo método PRISMA-ScR. A coleta de dados ocorreu nas bases BDTD e CAPES. Os 13 documentos selecionados foram analisados pelo IRaMuTeQ. Os resultados indicaram que o corpus foi dividido em 95 segmentos de texto, 80,39% desses dados foram avaliados, sendo 3.383 elementos diferentes. A classificação hierárquica descendente separou o corpus em cinco classes de elementos textuais que sinalizam adeficiência interseccionada ao envelhecimento como perspectiva negativa e ainda pouco discutida na literatura nacional. Destaca-se a importância dessas publicações para umpanorama nacional e futuras análises do desenvolvimento deste tema em nossasociedade.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva; Pessoa idosa; Pessoa com deficiência; Envelhecimento.

## ABSTRACT

Inclusive education ensures that everyone has the right to access education. Aging is a relatively recent reality in the Brazilian context, and brings new demands for studies on inclusive education and access to education for elderly people with disabilities. The objective of this study was to map national productions on inclusive education and access for older people. To this end, a scoping review was carried out using the PRISMA-ScR method. Data collection took place in the BDTD and CAPES databases. The 13 selected documents were analyzed by IRaMuTeQ. The results indicated that the corpus was divided into 95 text segments, 80.39% of this data was evaluated, with 3,383 different elements. Descending hierarchical classification separated the corpus into five classes of textual elements that signal disability intersected with aging as negative perspectives that are still little discussed in national literature. The importance of these publications for a national panorama and future analyses of the development of this topic in our society is highlighted.

**Keywords:** Inclusive education; Aged; Disabled persons; Aging.

## RESUMEN

La educación inclusiva garantiza el derecho de todas las personas a acceder a la educación. El envejecimiento es una realidad relativamente reciente en el contexto brasileño y genera nuevas demandas de estudios sobre educación inclusiva y acceso a la educación para personas mayores con discapacidad. El objetivo de este estudio fue mapear la producción nacional sobre educación inclusiva y acceso para personas mayores. Para ello, se realizó una revisión exploratoria mediante el método PRISMA-ScR. La recopilación de datos se realizó en las bases de datos BDTD y CAPES. Los 13 documentos seleccionados fueron analizados por IRaMuTeQ. Los resultados indicaron que el corpus se dividió en 95 segmentos de texto, de los cuales se evaluó el 80,39%, con 3383 elementos diferentes. La clasificación jerárquica descendente dividió el corpus en cinco clases de elementos textuales que señalan la discapacidad, intersectada con el envejecimiento como una perspectiva negativa y aún poco abordada en la literatura nacional. Se destaca la importancia de estas publicaciones para una visión general nacional y futuros análisis del desarrollo de este tema en nuestra sociedad.

**Palabras-clave:** Educación inclusiva; Persona mayor; Persona con discapacidad; Envejecimiento.

## Introdução

A inclusão é um movimento de grande proporção em nível mundial, que tem como objetivo a participação efetiva da pessoa com deficiência em todos os contextos sociais. Nessa perspectiva, a escola é apontada como primordial, tendo em vista a sua relevância para o desenvolvimento cultural e de formação das gerações futuras (Lockmann; Klein, 2022; Rosetto; Pieczkowsk. 2024; Souza, 2010).

Em meados de 1990, surge um movimento mundial na direção de sistemas educacionais inclusivos. Diversos países começam a inserir em suas pautas legislativas leis com vistas a suprir as necessidades e direitos de pessoas consideradas na condição de vulnerabilidade, inclusive as pessoas com deficiência. A partir dessa visibilidade institucional e a atenção dada às pessoas com deficiência, ao menos por parte do plano legislativo, surgem as declarações das conferências e dos tratados internacionais, obrigando os países signatários a se posicionarem a favor de direcionamentos definidos (Nozu; Icasatti; Bruno, 2018).

É pertinente ressaltar que medidas articuladas e conduzidas na perspectiva dos direitos humanos refletem melhor as expectativas do movimento social, e que as conquistas sociais não aconteceram por acaso ou como benesse dos governantes. Pelo contrário, no Brasil, cada resultado foi marcado pela luta ininterrupta, notadamente, a partir do final dos anos 1970, quando o movimento social das pessoas com deficiência organizou-se como protagonista e, com autonomia, defendeu seus direitos, sob o lema “nada sobre nós, sem nós”, em que as pessoas com deficiência inseriram suas demandas nos direitos humanos, no Brasil e na Organização das Nações Unidas (Maior, 2018; Rodrigues; Nozu; Coimbra Neto, 2019).

O termo *educação inclusiva* surge da luta e bandeira levantada da educação especial, que defende uma educação democrática para todos, tendo em vista que não caberia falar em educação inclusiva somente para as pessoas com deficiência, mas também a outras pessoas com dificuldades em serem inseridas no contexto escolar, e a partir dessa perspectiva popularizou-se a expressão e tomada de novas atitudes com relação à educação inclusiva (Rodrigues; Nozu; Coimbra Neto, 2019; Santos, 2021).

A educação inclusiva é uma realidade nos dias atuais e pode ser vista de forma positiva, por promover o aumento da escolaridade, da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o acesso às tecnologias assistivas, entre outros. Não se pode negar que as políticas públicas deixam a desejar, no sentido de negar a assistência necessária que essas pessoas merecem, como a falta de resposta à institucionalização das pessoas com deficiência que vivem sob formas inadequadas em abrigos que violam sua dignidade e seus direitos básicos. É notório que uma grande parcela dessas pessoas não tem liberdade de escolher onde morar, por não contar com os apoios necessários para se manter com suas famílias ou em condições comunitárias que lhe enseje a participação

social e o acesso aos serviços públicos disponíveis às demais pessoas sem deficiência (Maior, 2018).

Várias convenções internacionais, sendo todas elas ratificadas pelo governo brasileiro, orientavam no âmbito de promover a integração social e educacional de grupos vulneráveis. As duas influentes declarações que fundamentam o que se comprehende por educação inclusiva são a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que foi firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e que visa à satisfação de necessidades básicas de aprendizagem; e a Declaração de Salamanca, que versa a respeito de princípios, políticas e práticas comuns às necessidades da Educação Especial, que foi idealizada e assinada na Espanha, em 1994 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1990).

Para Souza e Pletsch (2017), a educação inclusiva é uma política que, ao ser implementada pelo Estado, tem como meta promover a capacidade humana de cada sujeito, de forma que este consiga ser inserido no mercado de trabalho, bem como contribuir com a vida econômica do país. Nessa perspectiva, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos foi direcionada a universalizar acesso à educação promovendo equidade, dando relevo à necessidade da promoção de uma igualdade de acesso a todos, com ênfase na atenção especial para grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, a Declaração de Salamanca defende que as escolas devem se alinhar a todas as crianças, respaldada na perspectiva inclusiva, e com ela surgem as noções das “necessidades educacionais especiais” e “educação inclusiva” (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994).

A partir de então, não somente os pais, mas também os profissionais começam a reivindicar e a pressionar a sociedade no geral para garantir os direitos essenciais e evitar discriminações. As manifestações resultam em declínio da educação especial paralela com a educação regular. (Santos, 2021). A expressão *deficiência* foi trocada pelo termo *necessidades educativas especiais*, aumentando possibilidades de integração da pessoa portadora de deficiência na escola regular, porém, essa integração apresentou poucos benefícios para a promoção da igualdade dos direitos. A deficiência foi considerada um problema para quem a possuía, pois estas pessoas tinham que se integrar e se adaptar ao meio social. As pessoas com deficiência deveriam se adaptar à escola, e não a escola adaptar-se às necessidades dos estudantes (Santos, 2021; Sasaki, 2003).

A ideia de que educação inclusiva é sinônimo de educação especial é bem comum no Brasil, porém, a educação inclusiva é entendida como um princípio ou um conjunto de princípios que destacam a igualdade, a participação e o respeito pela diversidade humana. Em contrapartida, a educação especial constitui-se em um campo de conhecimento teórico e prático que tem como função promover a aprendizagem, o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Cabe salientar que, para que se promova uma aprendizagem efetiva na modalidade educação especial em uma perspectiva inclusiva, faz-se necessária a reestruturação do ambiente educacional e o envolvimento de toda a comunidade escolar (Nozu; Bruno; Heredero, 2016; Nozu; Icasatti; Bruno, 2018; Silva; Sousa; Negreiros, 2020).

É fulcral sinalizar que as pessoas com deficiência representam 15% da população mundial, cerca de um bilhão de habitantes, conforme a Organização Mundial da Saúde no Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado em 2011. Destaca-se, ainda, que a deficiência, como a expressão de uma minoria, não é homogênea, e pode se sobrepor em diferentes categorias, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, religião, entre outras. Em relação às demais minorias, as pessoas com deficiência encontram-se no maior quantitativo do planeta que sobrevive em extrema desigualdade social, como analfabetismo, desemprego e baixa renda (Maior, 2017).

Dito isto, é relevante trazer uma questão que tem despertado interesse das pessoas com deficiência, suas famílias, escolas, instâncias governamentais e demais interessados neste tema: a interseccionalidade entre pessoa com deficiência e envelhecimento. Os fenômenos do envelhecimento populacional brasileiro e do aumento da expectativa de vida também abarcam as pessoas com deficiência. Como sinaliza Segalla, Silva e Pedroso(2008), pessoas com deficiências congênitas ou adquiridas em fases anteriores à velhice possuem atualmente melhores condições de saúde, favorecendo o aumento da expectativa de vida das mesmas. Esse processo de envelhecimento resulta em alterações na vida dos indivíduos, nas estruturas familiares, na demanda de políticas públicas e na distribuição de recursos na sociedade (Camarano; Kanso, 2017).

Cabe salientar, ainda, que a gerontologia, ciência que estuda o processo de envelhecimento e velhice, é considerada uma ciência nova, por ter surgido no século XX. E foi durante a metade do século XX que tanto a educação quanto a gerontologia ampliaram seus fundamentos teóricos e, desse modo, conseguiram descobrir temas comuns às duas

áreas (Both; Pasqualotti; Both, 2017). Para Neri (2008), a gerontologia é um campo multi e interdisciplinar que investiga a descrição e a explicação das mudanças típicas do processo de envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais. A estudiosa retrata, de forma bastante detalhada, as teorias psicológicas do envelhecimento humano e faz um paralelo entre as teorias clássicas e as teorias contemporâneas: as teorias clássicas associavam o envelhecimento a uma etapa de perdas e inserida dentro de uma psicologia orientada à produtividade e à autonomia física e cognitiva características do adulto; em contrapartida, as teorias contemporâneas defendiam um paradigma de otimização e compensação, no qual o envelhecimento também é um processo de desenvolvimento.

Na perspectiva das teorias contemporâneas, foram muito relevantes as contribuições de Paul Baltes (1939-2006), psicólogo alemão cujo trabalho científico teve como foco o paradigma contemporâneo de desenvolvimento: o desenvolvimento ao longo de toda a vida (*life-span*). Baltes, que foi um importante teórico no campo da psicologia do envelhecimento, defendia que o desenvolvimento ocorre como um processo contínuo, multidimensional, multideterminado e multidirecional de mudanças ocasionadas por influências genético-biológicas e socioculturais de natureza normativa e não normativa, marcado por ganhos e perdas concorrentes por interatividade do indivíduo, cultura e entre os níveis e tempos das influências. Esses pressupostos contradizem as teorias clássicas quando relacionam o envelhecimento humano somente à decrepitude, ao declínio e a perdas em todos os aspectos. O psicólogo acreditava no caráter incompleto do desenvolvimento humano, na relevância da cultura para compensar os limites da ontogênese, no caráter normativo do envelhecimento e na descontinuidade inicial e avançada (Neri, 2006).

A perspectiva *life-span* se dedica à compreensão do desenvolvimento humano. Partindo dessa premissa, Baltes (1987) destaca que, para dar sentido à noção de desenvolvimento ao longo da vida, é preciso considerar os tipos de demanda e oportunidades que os indivíduos enfrentam e como lidam com elas no decorrer do curso de vida. A Educação ao Longo da Vida também é defendida na perspectiva *life-span*, por ser considerada um processo profundamente democrático e participativo, pois implica acesso de todas as pessoas a processos educativos em qualquer momento da vida, possuindo implicações políticas fortes com a mudança. A Educação ao Longo da Vida fortalece a

noção do direito à educação e educação como direito (Cachioni; Flauzino, 2022). O conceito de educação ao longo de toda a vida é a chave que abre as portas do século XXI, ultrapassa a distinção tradicional entre educação inicial e educação permanente e se aproxima de um outro conceito proposto com frequência: o da sociedade educativa, onde tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver os próprios talentos, (Delors *et al.*, 2001).

Para Silva, Mieto e Oliveira (2019), o ambiente de trabalho e as relações sociais apresentam-se como favoráveis para o desenvolvimento humano, com destaque para as pessoas com deficiência intelectual (DI). Nessa perspectiva, o contexto escolar também pode ser considerado um espaço propício para que os estudantes idosos com deficiência se desenvolvam, tendo em vista ser por meio das relações sociais que as pessoas se desenvolvem, trocam experiências com os seus pares e constroem o conhecimento. Cabe ressaltar o impacto positivo da qualidade das relações interpessoais vivenciadas pelas pessoas idosas, pois contribui para o seu bem-estar, assim como o estado de saúde afeta significativamente a forma como a pessoa idosa conduz suas relações. Tais relações sociais ocorrem no contexto familiar e extrafamiliar. As redes sociais restritas constituem importante fator de risco para a saúde dessas pessoas (Ferreira; Barham, 2016).

A educação inclusiva, que também se dá por meio das interações sociais, é defendida por Vigotski (2019), para quem a separação de pessoas com deficiência da sociedade majoritária implicaria formação de outro tipo de humanidade, outros tipos de homens. A separação dos estudantes idosos com deficiência em instituições, isoladas em suas casas, tem pouco contribuído para o desenvolvimento emocional e cognitivo, resultando em diversas pessoas com deficiência com comportamentos destoantes das demais pessoas, apresentando comportamentos infantilizados e dependência de seus familiares, como acontece frequentemente com as pessoas com síndrome de Down e DI (Baltar *et al.*, 2023; Bastos, 2002).

Nessa perspectiva, o envelhecimento é uma realidade relativamente recente e traz novas demandas e necessidade de estudos da educação inclusiva e o acesso das pessoas idosas com deficiência à educação. Assim, o objetivo deste artigo foi mapear as produções nacionais sobre educação inclusiva e o acesso da pessoa idosa com deficiência.

## Aspectos éticos

Por se tratar de uma investigação cujo método consiste em uma revisão de escopo, com uso de documentos disponibilizados em bases de dados públicos, o presente estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa.

## Método

A análise foi estruturada de acordo com o Protocolo Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (PRISMA-ScR) com algumas adaptações. Essas diretrizes foram delineadas para revisões sistemáticas e meta-análises que avaliam estudos randomizados na assistência à saúde. O presente estudo realizou uma *scoping review* com estudos envolvendo a associação entre a educação inclusiva e as pessoas idosas com deficiências. Os autores das diretrizes PRISMA sugerem que adaptações devem ser feitas às diretrizes quando o foco da revisão é diferente, destacando revisões sistemáticas de eventos adversos, revisões sistemáticas de estudos de acurácia de testes diagnósticos e revisões de escopo (Galvão; Pansani; Harrad, 2015; Page *et al.*, 2022).

Assim, as 22 diretrizes do *checklist* PRISMA-ScR foram verificadas para mapear o panorama de pesquisas existentes sobre o tema, facilitando a identificação de lacunas de conhecimento e direcionando pesquisas futuras. A partir do uso dessas diretrizes, a pergunta desta revisão é: Quais as principais características das produções nacionais sobre a educação inclusiva e o acesso das pessoas idosas com deficiência?

Foi realizada uma busca por teses e dissertações a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), base de dados que reúne as dissertações e teses defendidas no contexto brasileiro. Usando as combinações de descritores “*íodo AND educação*”, retornaram 2.101 documentos; aplicando-se o filtro “*Programa de Pós-Graduação em Educação*”, foram encontrados 52 trabalhos, sendo todos excluídos por estarem fora do escopo, não restando documentos para análise. Quando usados os descritores “*velhice AND deficiência*”, obteve-se o resultado de 43 documentos, sendo 39 trabalhos excluídos por não serem do interesse da pesquisa, sobrando quatro documentos para análise. Quando utilizados os descritores “*pessoa com deficiência AND envelhecimento AND educação*”, tiveram 28 resultados, sendo 22 excluídos por não terem o tema de interesse para análise, restando seis documentos para análise. E, finalmente, quando usado os

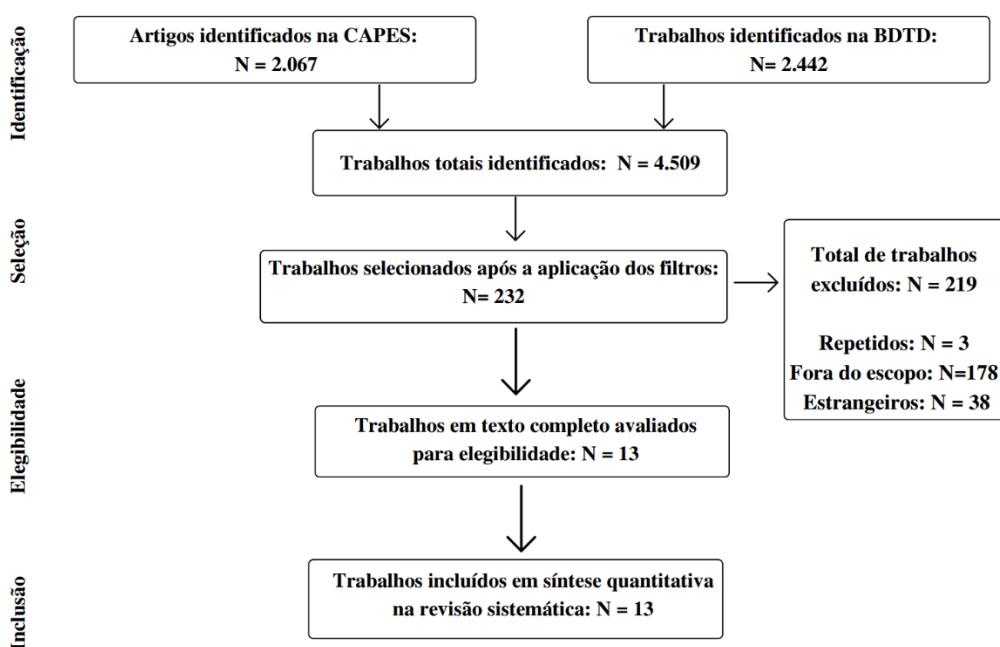
descritores “envelhecimento de estudantes AND deficiência”, retornaram 270 documentos; aplicando-se o filtro “Programa de Estudos Pós-Graduação em Gerontologia”, encontraram-se sete documentos, dos quais foram descartados seis por estarem fora do escopo, restando um documento para análise. Foram excluídas três dissertações de mestrado por duplicidade, ficando um total de oito trabalhos para serem analisados, sendo cinco dissertações de mestrado e três teses de doutorado.

Foi realizada uma busca por artigos de modo on-line na base de periódicos da CAPES. A base foi escolhida por possuir um dos maiores acervos científicos virtuais do país, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos em nível nacional e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Na busca com os descritores “idoso AND deficiência”, foram encontradas 758 referências, tendo sido utilizada a opção “qualquer campo” para uma apresentação mais ampla dos artigos. Com a aplicação dos filtros “periódicos revisados por pares” e “artigos”, “data de criação 2013–2023”, “português” e “idoso”, restaram 36 artigos, sendo que foram excluídos 11 artigos em língua inglesa, dois em língua espanhola e 23 por não serem do interesse deste estudo, restando um artigo para análise. Ao serem utilizados os descritores “envelhecimento AND deficiência”, foram obtidos 276 artigos como resultado; aplicando-se os filtros “periódicos revisados por pares”, “artigos”, “data de criação 2013–2023” e “envelhecimento”, restaram 20 documentos, sendo que foram excluídos quatro em língua inglesa, um em língua espanhola e 12 por não serem do interesse do estudo, restando três artigos para análise. A busca com os descritores “velhice AND deficiência” obteve 39 artigos; aplicando-se o filtro “periódicos revisados por pares”, restaram 25 artigos, sendo excluídos dois artigos em língua inglesa, seis artigos em língua espanhola e 18 por não atenderem os interesses da pesquisa, não restando artigos para análise. Utilizando-se os descritores “velhice AND inclusão escolar”, obteve-se como resultado da busca um artigo, que será analisado. Com os descritores “envelhecimento AND escola”, obteve-se o resultado de 993 artigos; aplicando-se os filtros “periódicos revisados por pares”, restaram 721 artigos, ao aplicar o filtro “artigos”, restaram 716 artigos, ao aplicar o filtro “português”, restaram 290 artigos e finalmente ao aplicar o filtro “envelhecimento”, restaram 20 artigos, sendo que um artigo em língua espanhola, 11 artigos em língua inglesa e oito artigos que estavam fora do escopo do estudo, não sobrando artigos para análise. A análise para seleção dos artigos foi a leitura

do título e resumo com temas alusivos ao envelhecimento de pessoas com deficiência. No total, restaram cinco artigos para análise.

Desta forma, foram selecionados para análise cinco dissertações de mestrado, três teses de doutorado e cinco artigos. Os documentos escolhidos foram lidos na íntegra. Os 13 documentos selecionados foram inseridos em planilha contendo ano de publicação, tipo de documento, título, resumo, autores e link para acesso. Para o detalhamento da perda amostral, observe a Figura 1.

**Figura 1** – Fluxograma do processo de seleção de artigos



**Fonte:** elaborado pelas autoras.

## Resultados

Dos 13 documentos concernentes à educação inclusiva e ao acesso da pessoa idosa com deficiência analisados, majoritariamente, as suas publicações aconteceram nas modalidades dissertações, artigos e teses, respectivamente, sendo: 38,46% por dissertações, 38,46% por artigos e 23,07% representados por teses, e o período de maior publicação somou um total de 23,07%, referente ao ano de 2017, conforme a Tabela 1.

ISSN: 1984-686X | <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X91912>

**Tabela 1** – Publicações no período de 2009 e 2020

ANO	ARTIGOS	TESES	DISSERTAÇÕES	%
2009	—	—	1	7,69
2011	—	1	—	7,69
2012	—	—	1	7,69
2013	1	—	—	7,69
2016	—	—	2	15,39
2017	2	1	—	23,07
2018	1	1	—	15,39
2020	1	—	1	15,39

**Fonte:** elaborado pelas autoras.

Ainda, os 13 documentos concernentes à educação inclusiva e ao acesso da pessoa idosa com deficiência analisados foram organizados quanto aos autores e ano de publicação, modalidade de estudo, base de dados e título, conforme o Quadro 1.

**Quadro 1** – Publicações selecionadas para *scoping review*

AUTOR	MODALIDADE DO ESTUDO	BASE DE DADOS	TÍTULO
Rodrigo (2009)	Dissertação	BDTD	Significado das oficinas de ocupação para idosos com deficiência intelectual
Siqueira (2011)	Tese	BDTD	Envelhecer com deficiência intelectual: ouvindo a cidade e a família
Costa (2012)	Dissertação	BDTD	“Essas pessoas que envelhecem...”: saberes de adultos com deficiência intelectual
Cipolla e Lopes (2012)	Artigo	Periódicos CAPES	Envelhecimento e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de São Paulo: uma caracterização dos

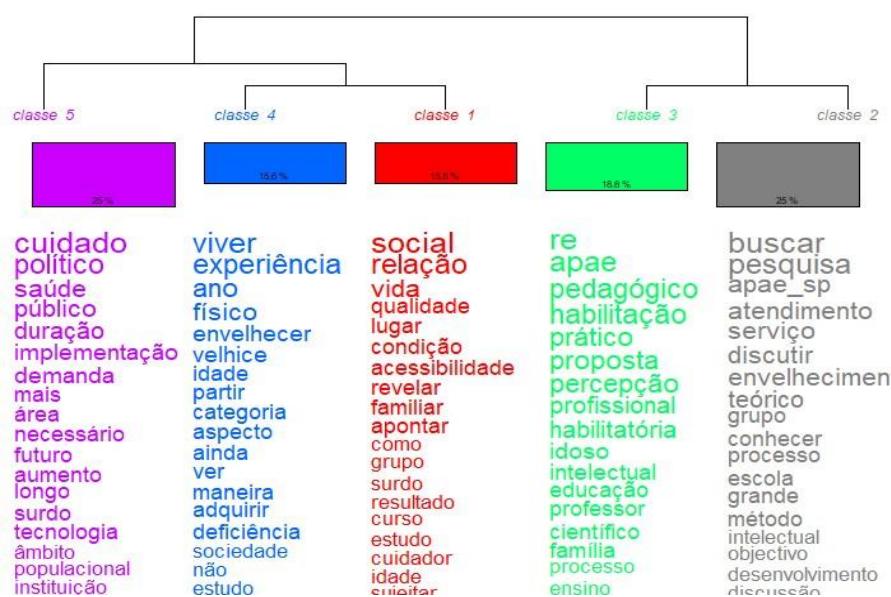
AUTOR	MODALIDADE DO ESTUDO	BASE DE DADOS	TÍTULO
			serviços de atendimento à pessoa com deficiência intelectual
Silva (2016)	Dissertação	BDTD	O processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e sua família
Augusto (2016)	Dissertação	BDTD	Afetividade e acessibilidade: um estudo com alunos surdos em ambiente universitário
Gimenes (2017)	Tese	BDTD	Envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual: qualidade de vida
Godoi <i>et al.</i> (2017)	Artigo	Periódicos CAPES	Tecnologias desenvolvidas pelas instituições de ensino superior para idosos com deficiência
Lopes e Casali (2017)	Artigo	Periódicos CAPES	Discussão do tema idoso e o processo de envelhecimento nos diversos níveis de ensino
Martins (2018)	Tese	BDTD	A experiência de envelhecer com deficiência física: uma abordagem fenomenológica
Bonatelli <i>et al.</i> (2018)	Artigo	Periódicos CAPES	Centro-dia: uma opção no atendimento da pessoa envelhecente com deficiência intelectual
Bonatelli (2020)	Dissertação	BDTD	(Re)habilitação do idoso com deficiência intelectual na APAE: uma proposta pedagógica
Florindo e Santos (2020)	Artigo	Periódicos CAPES	Tecnologia assistiva e envelhecimento no contexto da deficiência visual: um caso de construção de letramentos

**Fonte:** elaborada pelas autoras.

A classificação hierárquica descendente (CHD) é a análise na qual os segmentos do texto são classificados em função dos seus referentes vocabulários, cujo conjunto é repartido em função da frequência das formas reduzidas, formando classes. Nessa análise, procura-se obter grupos de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentem palavras que sejam semelhantes entre si e diferentes das palavras de outras classes. Como produto da análise, o IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) organiza as palavras em um dendrograma, que representa a frequência e o valor de qui-quadrado ( $\chi^2$ ), sendo possível, então, visualização das palavras agrupadas em classes, nas quais as mais representativas são aquelas com valor de  $\chi^2$  de associação à classe  $\geq 3,84$  ( $p \leq 0,05$ ), seguindo as orientações do próprio *software* de análise (Farias *et al.*, 2017; Ratinaud, 2009).

A CHD apresenta os materiais textuais semelhantes entre si e constituiu-se por 13 resumos dos documentos da revisão sistemática. O corpus foi dividido pelo *software* em 95 segmentos de texto, ou unidades de contexto elementar, e 80,39% desses dados foram avaliados na análise. Foram analisados 3.383 elementos diferentes, categorizando-os em função dos seus vocabulários. A partir disso, o grupo de elementos foi dividido pelo IRaMuTeQ segundo a média de frequência dos componentes textuais. É importante frisar que a CHD separou o corpus em cinco classes de elementos textuais, representadas pelo dendrograma da Figura 2.

**Figura 2**– Dendrograma da classificação hierárquica descendente do corpus dos resumos



**Fonte:** elaborado pelas autoras.

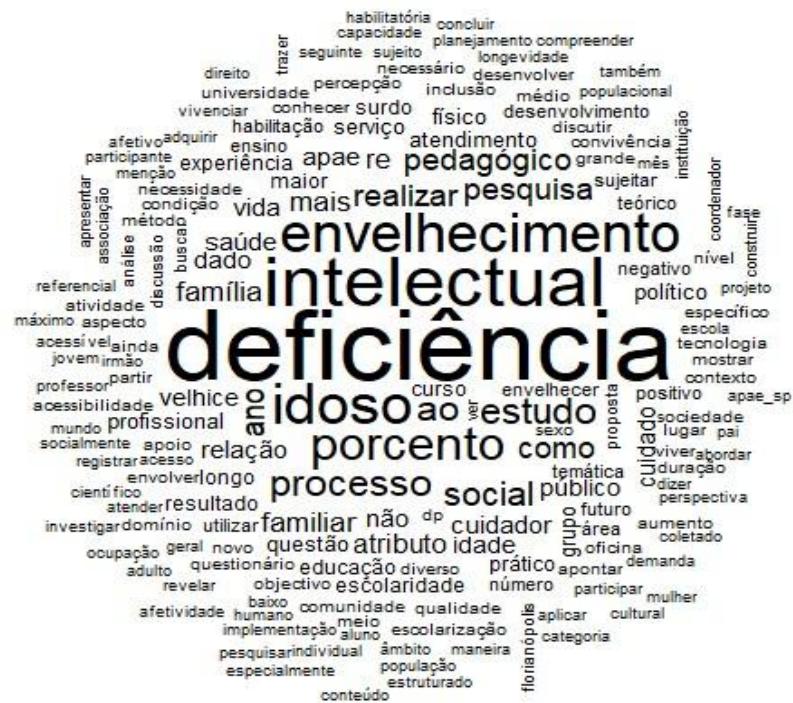
O dendrograma (Figura 2) mostra a divisão do corpus em classes, bem como a ligação das classes entre si, considerando apenas palavras com  $\chi^2$  de associação significativos, conforme Ratinaud (2009). Pode-se perceber a apresentação de cinco classes distribuídas em três grandes grupos temáticos.

Na CHD, a Classe 5, denominada “Desenvolvimento e acesso às políticas públicas”, com 25% do conteúdo analisado, divide-se em dois conjuntos de subclasses, uma subclasse composta pelas Classes 1 e 4 e outra subclasse composta pelas Classes 3 e 2. A Classe 1 foi denominada como “Inclusão social”, representando 15,6% do conteúdo analisado, e indica a acessibilidade desses idosos com deficiência em todos os contextos da sociedade. A Classe 4, com 15,6% do conteúdo textual, foi denominada “Perspectivas da sociedade”. Essa classe chamou a atenção para o fato de que a sociedade ainda não enxerga a pessoa idosa de maneira positiva, invalidando muitas vezes a pessoa por conta de um corpo físico envelhecido. Já na Classe 3, tem-se evidenciado 18,8% do conteúdo, sendo denominada como “Propostas pedagógicas”. Esse conteúdo foi percebido como proposta pedagógica geradora de serviços para desenvolvimento de habilidades pedagógicas direcionadas a esses estudantes idosos com deficiência. E, finalmente, a Classe 2, com 25% do conteúdo textual, foi denominada “Estudos contemporâneos”, evidenciando os estudos sobre o desenvolvimento, discussões, teorias, serviços e atendimentos direcionados às pessoas idosas com deficiência.

A segunda parte da análise foi por meio da nuvem de palavras, que agrupa as palavras e as organiza graficamente em função da sua frequência. As palavras são apresentadas com tamanhos diferentes: as palavras maiores são aquelas com maior frequência (ou outro indicador escolhido) no corpus, e as menores apresentam frequências inferiores. As palavras com maior frequência são colocadas no centro do gráfico. É uma análise lexical bem simples, porém, ela é graficamente interessante, por fornecer uma ideia inicial do conteúdo do material textual (Camargo; Justo, 2013).

Considerando os dados apresentados pela nuvem de palavras, verifica-se, através da representação gráfica, quais foram as palavras mais referenciadas. Na Figura 3, nota-se que as palavras que aparecem com maior frequência na referida relação gráfica foram deficiência, intelectual e envelhecimento.

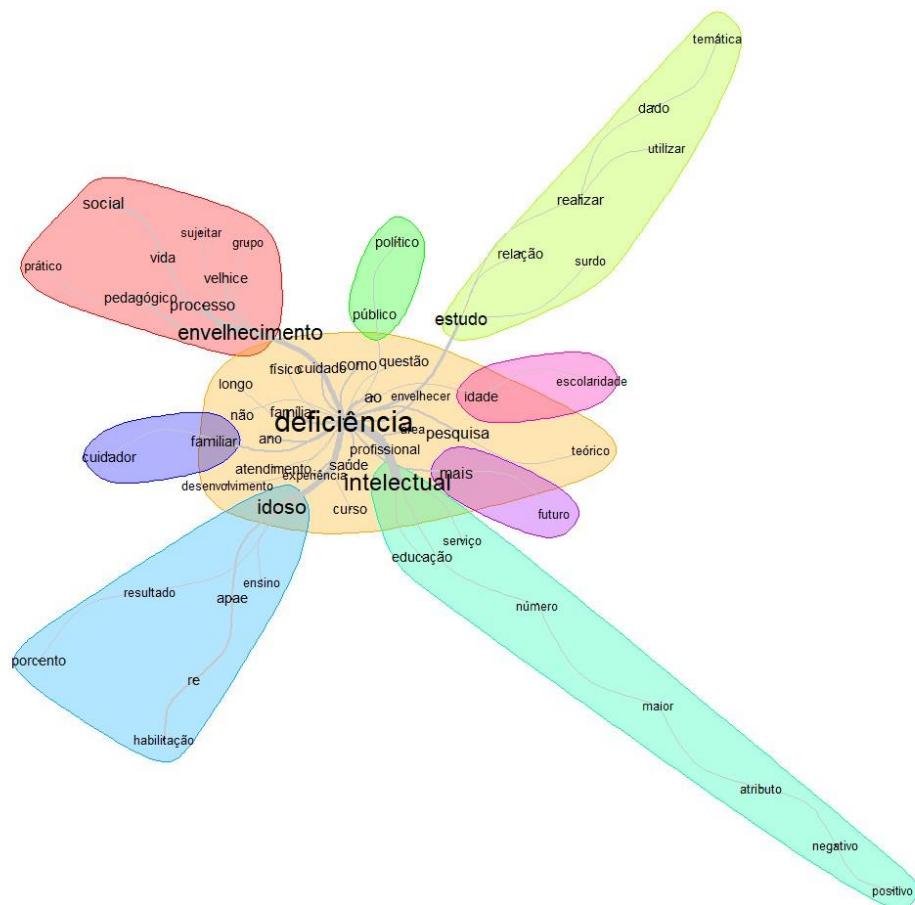
**Figura 3**– Nuvem de palavras a partir dos artigos analisados na *scoping review*



**Fonte:** elaborado pelas autoras.

A terceira parte da análise é direcionada aos dados qualitativos, nos quais foram realizadas análises textuais, resumos, objetivos, métodos e resultados presentes nos trabalhos analisados. A Figura 4 exibe a representação gráfica da análise de similitude dos resumos dos documentos (teses, dissertações e artigos). A partir dessa análise, baseada na teoria dos grafos, é possível observar que todos os núcleos estão confluindo com a palavra *deficiência*. Identificam-se as ocorrências entre as palavras e as indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando no reconhecimento da estrutura do conteúdo de um corpus textual. Verifica-se que o gráfico da análise de similitude deste corpus textual é apresentado em 13 núcleos, cujo palavras-chave são *deficiência*, *intelectual*, *envelhecimento*, *social*, *escolaridade*, *idoso*, *estudo*, *pesquisa*, *escolarização*, *longevidade*, *acessibilidade*, *familiar* e *planejamento*.

**Figura 4** – Análise de similitude a partir dos documentos analisados na *scoping review*



**Fonte:** elaborado pelas autoras.

## Discussão

Um ponto importante a ser discutido refere-se ao tema central do dendrograma “Desenvolvimento e acesso às políticas públicas”, que demonstrou a carência e a dificuldade de acesso às políticas públicas direcionadas às pessoas idosas com deficiência, corroborando com o estudo de Siqueira (2011), realizado em Poços de Caldas-MG, que concluiu sobre a necessidade de garantia de acesso a políticas públicas, especialmente saúde e assistência social, implementação de espaços de convivência e apoio aos cuidados de longa duração, medidas urgentes para garantir direitos e inclusão social das pessoas com DI que atingem a longevidade.

Foi evidenciado, também, no trabalho realizado por Bonatelli *et al.* (2018), com o objetivo de mapear os serviços, fluxos de atendimento e organização do serviço do Centro-Dia das Associações de Pais e Amigos dos Expcionais (APAE) da Grande Florianópolis

para o atendimento da pessoa envelhecente com DI, e que obteve como conclusão a necessidade de implementação dos dispositivos legais referentes à pessoa com deficiência e idoso, apontando a necessidade de discussão e fortalecimento das políticas públicas na área da deficiência e envelhecimento, com vistas à qualificação do cuidado. Faz-se necessário um monitoramento para o cumprimento das leis que favorecem as pessoas com deficiência e, ainda, que os atendimentos não sejam somente oferecidos por essas instituições especializadas, como as APAEs, pois tais atendimentos são de responsabilidade do governo e devem ser ofertados pelo poder público, e não pela sociedade civil.

Quanto às perspectivas da sociedade, os estudos demonstraram que a sociedade brasileira ainda é bastante idadista e, consequentemente, preconceituosa com aquele que envelhece, conforme já discutido por Silva *et al.* (2022) e Valadares *et al.* (2023). Percebe-se, neste estudo, que uma visão interseccional já se faz presente em pesquisas sobre a conjugação entre envelhecimento e deficiência, o que se mostra ser ainda mais desafiador para essas pessoas em processo de envelhecimento.

Neste estudo, a inclusão social foi apontada como fator preponderante para o desenvolvimento de pessoas com deficiência no processo de envelhecimento, corroborando com estudos de Pereira, Todaro e Cachioni (2021) e Flauzino *et al.* (2020), que apontaram as relações sociais e afetivas marcadas pelos discursos que evidenciam o desejo na continuidade de novos aprendizados e a importância das atividades realizadas nas oficinas na vida das pessoas idosas. O sentimento de amizade e preocupação com o outro traduz a consciência humana na pluralidade contemporânea (Rodrigo, 2009).

Propostas pedagógicas foram evidenciadas nos estudos analisados e demonstram um interesse na literatura nacional no desenvolvimento de pesquisas e propostas de intervenção como promotoras de desenvolvimento e aprendizagem. Porém, ainda são insuficientes e se faz necessário um maior desenvolvimento de pesquisas nessa área. Cipolla e Lopes (2012) realizaram um estudo sobre a APAE-SP como uma referência em atendimento integrado às pessoas com DI em diferentes fases do processo do envelhecimento, sob a perspectiva dos coordenadores e alguns profissionais de cada serviço da instituição. Percebeu-se a necessidade e importância do contexto escolar no processo de desenvolvimento das pessoas com deficiência, pois frequentar a escola é essencial para as pessoas com DI nesse processo de envelhecimento, para aprender

habilidades acadêmicas, desenvolver autodisciplina, habilidades sociais e práticas para a vida em comunidade. Silva (2016) realizou um estudo que teve por objetivo conhecer o processo de envelhecimento de pessoas com DI de uma cidade de pequeno porte do interior gaúcho e sua implicação na qualidade de vida familiar e concluiu que o acesso à educação é pouco favorável, em contrapartida, são encontradas condições favoráveis de convívio familiar, o que coaduna com os estudos de Bonatelli (2020), que destaca a existência de necessidade do processo de (re)habilitação da pessoa idosa com DI nas APAEs, onde recebem atendimentos pedagógicos, estimulando essa (re)habilitação e o ensino-aprendizagem com acompanhamento da equipe multidisciplinar. Esse processo envolve o professor como mediador entre o conhecimento-aluno, incentivando, acolhendo e respeitando a individualidade, estimulando suas potencialidades e capacidades.

Nesse sentido, são desenvolvidos atendimentos em diferentes regiões brasileiras, mas se percebe que existem mais estudos relacionados às pessoas idosas com DI. Nessa perspectiva, foi encontrada uma dissertação de mestrado (Augusto, 2016) sobre pessoas com deficiência auditiva, que concluiu que a promoção do bem-estar psicossocial dos discentes surdos e a demanda de reconhecimento de sua cultura e identidade são tão necessárias quanto a materialização das políticas assertivas, assim como o indicador afetivo possibilita que as paixões tristes e alegrias passivas na universidade se transformem em afeto-ação, dando mais clareza aos surdos nas escolhas de bons encontros, o que, baseado em Sawaia, é chamado de ética da acessibilidade.

O estudo de Godoi *et al.* (2017), cujo objetivo foi investigar as tecnologias de cuidado ao idoso com deficiência nas Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos na área da saúde na região da Grande Florianópolis, percebeu que a maioria dos cursos de graduação na área da saúde desenvolve tecnologias de cuidado relacionadas ao envelhecimento e deficiências, mas relacioná-los ao currículo, pesquisa e extensão ainda são incipientes. Também há evidências sobre a necessidade de as Instituições de Ensino Superior investirem mais nos currículos de cursos de graduação da área da saúde com relação a conhecimentos sobre pessoas idosas e pessoas idosas com deficiência. Relevante citar, ainda, o estudo de Martins (2018), um artigo que teve por objetivo a compreensão da experiência do envelhecimento a partir de pessoas idosas com deficiência física, no qual concluiu que a experiência de envelhecer não está relacionada apenas ao

corpo disfuncional ou à idade em si, porém, a recorrentes aspectos psicossociais e culturais.

Nesse sentido, o estudo de Florindo e Santos (2020), que objetivou revelar, por meio de um caso em particular, o resultado de investigação sobre as práticas de letramento vivenciadas por uma pessoa idosa com cegueira adquirida, desenvolvida no âmbito de questões teóricas que envolvem o contexto da cegueira, da educação inclusiva e da tecnologia assistiva, teve como resultado a emancipação do sujeito, em contraposição à regulação que lhe é imposta pelo contexto social e familiar e sobre a relevância da utilização da tecnologia assistiva por pessoas idosas com deficiência visual.

Segundo Lopes e Casali (2017), em estudo que mostrou a bibliografia sobre a importância de se discutir, com a nova geração, o processo de envelhecimento e a valorização da pessoa idosa nas escolas públicas e privadas nos diversos níveis de ensino, o envelhecimento tem sido abordado por um viés positivo, e como resultado dos estudos revisados foi observado que os jovens ainda enxergam o envelhecimento como aspecto negativo. Muito embora as pessoas idosas ainda sejam vistas por uma perspectiva de mitos e preconceitos, está emergindo outro conceito de se viver a velhice mais positiva e inclusiva.

Nessa revisão de escopo, também foi evidenciado o interesse em pesquisas sobre as pessoas com deficiência em processo de envelhecimento, porém, percebeu-se que 61,53% dos estudos dizem respeito à DI, levando a questionamentos sobre qual o motivo das demais deficiências ainda não despertarem o interesse dos pesquisadores e a DI prevalecer em relação às demais deficiências em termos de maior número de pesquisas analisadas neste estudo, corroborando com Costa (2012) que, em sua dissertação de mestrado, buscou conhecer os saberes e representações da velhice e o processo de envelhecimento de adultos com DI na perspectiva dos próprios participantes. Como resultado, foi apontada a descrição de como os sujeitos com DI representam sua forma de envelhecimento, não cabendo generalizações, visto que tanto as maneiras de envelhecer quanto as experiências com DI são distintas e diversas, e envolvem os mais diversos determinantes.

As razões para essa predominância podem ser compreendidas a partir de um contexto histórico e de um desenvolvimento epistemológico específico da educação inclusiva no Brasil. Do ponto de vista sociocultural, a DI tem uma longa trajetória de institucionalização

e segregação, o que levou a um foco histórico e mais consolidado da pesquisa e das políticas educacionais nesse grupo. A luta por inclusão escolar de pessoas com DI se deu de forma pioneira, gerando um volume de estudos significativamente maior em comparação com outras deficiências, que foram, por vezes, abordadas por outras áreas do conhecimento (como a saúde ou a assistência social).

Do ponto de vista epistemológico, a área da Educação Especial e Inclusiva, tradicionalmente, desenvolveu seu arcabouço teórico e prático em torno de questões pedagógicas e didáticas voltadas para as pessoas com DI, enquanto outras deficiências (como a física ou a visual) foram tratadas em campos mais relacionados à tecnologia assistiva e à acessibilidade. Essa divisão contribuiu para que a pesquisa em educação se concentrasse na DI, invisibilizando as especificidades e os desafios de outras deficiências no contexto educacional (Vieira da S. Falcão; Glória de Britto; De Sousa Brito Dias, 2021).

Os resultados do estudo de Gimenes (2017), que identificou as principais características das pessoas com deficiência que chegaram à velhice e como elas avaliam a sua qualidade de vida, sugerem que as pessoas com deficiência em processo de envelhecimento, que participaram da pesquisa, apresentam muitas diferenças entre si, constituindo um grupo consideravelmente heterogêneo, embora necessitem de atendimentos específicos na área da saúde, educação e assistência para que vivenciem um envelhecimento ativo. As pessoas com deficiência em processo de envelhecimento avaliam como positiva sua qualidade de vida. Foi constatado nesse estudo a necessidade de maior suporte para os familiares, o que foi sinalizado também em estudo de Lopes e Casali (2017) e de Rosa, Alves e Faleiros (2015), ao afirmarem sobre a necessidade de um planejamento e a visão para o futuro com possibilidades de uma melhor preparação para o envelhecimento de pessoas com síndrome de Down com mais tranquilidade e segurança, bem como para os familiares dessas pessoas.

Por fim, destaca-se que as palavras com maior frequência na nuvem de palavras sinalizaram que, apesar de poucos estudos sobre o processo de envelhecimento de estudantes idosos com deficiência, a deficiência interseccionada ao envelhecimento já tem despertado o interesse dos estudiosos dessa área do conhecimento. Todavia, a representação gráfica da análise de similitude possibilitou a visualização da relação entre as palavras e a sua conectividade dentro de cada núcleo e, por conseguinte, a ligação entre os vários núcleos. A análise permitiu visualizar como os estudos relacionam as palavras

para descreverem sobre as pesquisas relacionadas ao tema inclusão educacional de pessoas idosas com deficiência. Infelizmente, as palavras destacadas corroboram com os estudos analisados alusivos às pessoas idosas com deficiência que apresentam majoritariamente as dificuldades enfrentadas, a falta de acessibilidade (Rodrigues et al., 2021; Santos et al., 2017), escolarização precária (Almeida; Vilela, 2021) etc., sabendo-se que o envelhecimento de pessoas com deficiência afeta diretamente as suas famílias, pela falta de planejamento das autoridades sobre essa importante parcela da sociedade e diversas questões sociais (Trintinaglia; Bonamigo; Azambuja, 2022).

Ante o exposto, fica notório a perspectiva interseccional, que aborda as relações entre envelhecimento, deficiência, gênero, raça, classe social e território, constitui uma dimensão crucial para a compreensão das desigualdades estruturais enfrentadas pela população idosa com deficiência. A escassez de pesquisas que utilizam essa lente analítica na literatura nacional revela uma lacuna importante no campo. Ao evidenciar essa carência, o presente estudo cumpre seu papel ao sinalizar a urgência de investigações futuras que incorporem a interseccionalidade como categoria de análise. Tal abordagem permitirá não apenas uma compreensão mais crítica das vulnerabilidades sociais, mas também a proposição de políticas públicas e ações educativas que sejam verdadeiramente equitativas e sensíveis à diversidade dessa população.

## Conclusão

Este estudo possibilitou visualizar que o interesse em pesquisas sobre a inclusão escolar de pessoas idosas com deficiência é encontrado, mesmo que de forma discreta e com predominância de estudos qualitativos. Sendo importante destacar que essa predominância não é um viés do nosso estudo, mas uma característica do campo de pesquisa que o manuscrito revela. Ao invés de ser um ponto fraco, essa constatação torna-se um dos principais achados da pesquisa, pois aponta para uma lacuna metodológica que necessita ser explorada por futuras investigações com delineamentos quantitativos, longitudinais ou experimentais. Também foi possível elucidar que a DI é a deficiência mais pesquisada no momento, em relação às demais deficiências e a problemática dessa elucidação.

É notório que o fenômeno envelhecimento em nosso país é muito recente e mesmo com os avanços do Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) e a Lei Brasileira de Inclusão

da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que garantem alguns direitos e amparo a essas pessoas, percebe-se que a maioria das pessoas idosas com deficiência continua a enfrentar a invisibilidade, a violência da discriminação, a pobreza, a falta de escolarização, existindo a necessidade de acesso ao atendimento adequado nos serviços públicos, tendo a necessidade de implementação nas políticas públicas para garantir o acesso dessas pessoas.

Este estudo avança como uma referência e subsídio para pesquisas futuras relacionadas ao tema da inclusão educacional de pessoas idosas com deficiência, em decorrência dos poucos trabalhos abrangendo esse tema no Brasil. São relevantes os avanços já realizados na área, mas, ao mesmo tempo, existe a necessidade de mais estudos e políticas públicas que sejam de fato cumpridas e que tragam melhoria de vida para essas pessoas idosas com deficiência. De toda forma, nas limitações, destaca-se que a restrição a apenas duas bases de dados (BDTD e Portal de Periódicos CAPES), o recorte temporal de uma década e a seleção exclusiva de produções em língua portuguesa podem ter limitado a abrangência do estudo. No entanto, é importante ressaltar que o objetivo principal de nossa pesquisa foi mapear as produções nacionais sobre o tema "educação inclusiva e o acesso da pessoa idosa com deficiência" .. Assim, sugerem-se estudos de revisão com outras combinações de palavras, filtros, bases e idiomas, que possam intervir diretamente com esse público e com os seus pares na busca de melhores compreensões dos processos de desenvolvimento de pessoas com deficiência.

Por fim, as conclusões deste estudo, ao apontarem para a necessidade de mais pesquisas e políticas públicas, refletem a lógica intrínseca da *scoping review*: a de organizar o conhecimento existente e, principalmente, de evidenciar as lacunas temáticas e metodológicas. A pesquisa cumpre seu papel ao diagnosticar o estado da arte e ao revelar a urgência de futuros estudos que possam se debruçar sobre a efetiva implementação de políticas públicas e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que contemplam o envelhecimento com deficiência, fornecendo, assim, os subsídios necessários para a ação no campo.

## Referências

ALMEIDA, Luciana Alves Drumond; VILELA, Elaine Meire. Realmente falta escolaridade? Estudo sobre as chances de ter um emprego formal (celetista ou estatutário) ou informal

entre pessoas com e sem deficiência, por gênero. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 2, p. 541-561, 2021. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/1100/458>. Acesso em: 5 maio. 2025.

AUGUSTO, Diego Menezes. **Afetividade e acessibilidade**: um estudo com alunos surdos em ambiente universitário. Orientadora: Zulmira Áurea Cruz Bomfim, 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BALTAR, Monique Maria de Souza; et al. Educação sexual: dificuldades dos pais de jovens com síndrome de Down. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 43, p. 1-13, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249352>. Acesso em: 5 maio 2025.

BALTES, Paul. Theoretical propositions of life-span developmental psychology: on the dynamics between growth and decline. **Developmental Psychology**[S. l.], v. 23, n. 5, p. 611-626, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0012-1649.23.5.611>. Acesso em: 5 maio 2025.

BASTOS, Ana. Lúcia. Gondim. (2002). O adolescente com deficiência e o seu processo de escolha profissional. **Adolescência Latino-Americana**, v. 3, n. 1.

BONATELLI, Lisiane Capanema Silva. **(Re)habilitação do idoso com deficiência intelectual na APAE**: uma proposta pedagógica. Orientadora: Karina Silveira de Almeida Hammerschmidt, 2020. Coorientadora: Soraia Dornelles Schoeller, 2020. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

BONATELLI, Lisiane Capanema Silva; et al. Centro-dia: uma opção no atendimento da pessoa envelhecente com deficiência intelectual. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 118, p. 669-675, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811810>. Acesso em: 5 maio 2025.

BOTH, Agostinho; PASQUALOTTI, Adriano; BOTH, Tatiana Lima. Gerontogogia, longevidade e educação: fundamentos, práticas e processos. In: FREITAS, Elizabeth Viana de; PY, Ligia (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. 2253-2270.

BRASIL. (2003). Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm). Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 5 maio 2025.

CACHIONI, Meire; FLAUZINO, Karina de Lima. Aprendizagem ao longo da vida. *In:* FREITAS, Elizabeth Viana de; PY, Ligia (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. p. 1370-1379.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Envelhecimento da população brasileira/Uma contribuição demográfica. *In:* FREITAS, Elizabeth Viana de; PY, Ligia (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. 133-152.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRaMuTeQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

CIPOLLA, Mariana Amaral; LOPES, Andrea. Envelhecimento e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de São Paulo: uma caracterização dos serviços de atendimento à pessoa com deficiência intelectual. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. 13, p. 239-267, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/17306>. Acesso em: 5 maio 2025.

COSTA, Luiziane Bellaguarda Brusa da Costa. “**Essas pessoas que envelhecem...**”: saberes de adultos com deficiência intelectual. Orientador: Johannes Doll, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

DELORS, Jacques; et al. **Educação**: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Paris: Unesco, 2001. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por). Acesso em: 5 maio 2025.

FARIAS, Jorge Wambaster Freitas; et al. Racismo e julgamento social na internet: crianças e jovens negros como alvos. **Revista de Psicologia**, v. 8, n. 2, p. 119-128, out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/20107>. Acesso em: 5 maio 2025.

FERREIRA, Heloísa Gonçalves; BARHAM, Elizabeth Joan. Relações sociais, saúde e bem-estar na velhice. *In:* FREITAS, Elizabeth Viana de; PY, Ligia (Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. p. 3331-3346.

FLAUZINO, Karina de Lima; et al. Letramento digital para idosos: percepções sobre o ensino-aprendizagem. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/MqjNdsyQX759p6RysMQkk9z>. Acesso em: 5 maio 2025.

FLORINDO, Gislaine Maria Ferreira; SANTOS, Sylvana Karla da Silva de Lemos. Tecnologia assistiva e envelhecimento no contexto da deficiência visual: um caso de construção de letramentos. **Revista Thema**, Pelotas, v. 17, n. 2, p. 483-494, jun. 2020. Disponível em: <https://doaj.org/article/bc72527e743843d0b70406a5dc2db49b>. Acesso em: 5 maio 2025.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: a recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCF>. Acesso em: 5 maio 2025.

GIMENES, Priscila Alvarenga Cardoso. **Envelhecimento de pessoas com deficiência intelectual**: qualidade de vida. Orientadora: Fátima Elisabeth Denari, 2017. Tese (Doutorado em Educação Especial) –Universidade Federal de São Carlos, 2017.

GODOI, Hundra Prestes de; *et al.* Tecnologias desenvolvidas pelas instituições de ensino superior para idosos com deficiência. **Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 55-72, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2017v14n27p55>. Acesso em: 5 maio 2025.

LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane. Políticas de educação inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-20, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71375>. Acesso em: 5 maio 2025.

LOPES, Terezinha Luciana; CASALI, Rodrigo. Discussão do tema idoso e o processo de envelhecimento nos diversos níveis de ensino. **Revista Uningá**, Maringá, v. 54, n. 1, p. 29-36, dez. 2017. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/4>. Acesso em: 5 maio 2025.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Revista de Inclusão Social**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 28-36, dez. 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4029>. Acesso em: 5 maio 2025.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. A política de inclusão da pessoa com deficiência como questão de direitos humanos. **Revista Científica de Direitos Humanos**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 105-131, nov. 2018. Disponível em: <https://revistadh.mdh.gov.br/index.php/RCDH/article/view/21>. Acesso em: 5 maio 2025.

MARTINS, José Alves. **A experiência de envelhecer com deficiência física**: uma abordagem fenomenológica. Orientadora: Helena Akemi Wada Watanabe, 2018. Coorientadora: Miriam Aparecida Barbosa Merighi, 2018. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2018.

NERI, Anita Liberalesso. O legado de Paul B. Baltes à psicologia do desenvolvimento e do envelhecimento. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 17-34, jun. 2006. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v14n1/v14n1a05.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

NERI, Anita Liberalesso. (Org.). **Palavras-chave em gerontologia**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2008.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; HEREDERO, Eladio Sebastián. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: problematizações à proposta brasileira. In: BEZERRA, Giovani Ferreira (Org.). **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: concepções e práticas. Campo Grande: Editora da UFMS, 2016. p. 21-52.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; ICASATTI, Albert Vinicius; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação Inclusiva enquanto um direito humano. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 21-34, mar. 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4076>. Acesso em: 5 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. (1990). **Declaração Mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Paris: Unesco.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. (1994). **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Paris: Unesco.

PAGE, Matthew J.; et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 46, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/56882>. Acesso em: 5 maio 2025.

PEREIRA, Daniel de Aguiar; TODARO, Mônica de Ávila; CACHIONI, Meire. Educação permanente e o círculo de cultura freireano: diálogos com idosos. **Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 23, n. 2, p. 46-64, jun. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/26624>. Acesso em: 5 maio 2025.

RATINAUD, Pierre. (2009). **IRaMuTeQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaire. Disponível em: <http://www.IRaMuTeQ.org>. Acesso em: 5 maio 2025.

RODRIGO, Rosemeire Cristina Buava. **Significado das oficinas de ocupação para idosos com deficiência intelectual**. Orientadora: Nadia Dumara Ruiz Silveira, 2009. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Daniela Laurentino; et al. Idosos com deficiência: vulnerabilidades em saúde e acessibilidade. In: **VIII Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**, 2021. p. 1-12. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/analis/cieh/2021/TRABALHO\\_EV160\\_MD1\\_SA112\\_ID924\\_09102021193528.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/analis/cieh/2021/TRABALHO_EV160_MD1_SA112_ID924_09102021193528.pdf). Acesso em: 5 maio 2025.

RODRIGUES, Fernanda Martins Castro; NOZU, Washington Cesar Shoiti; COIMBRA NETO, João Paulo. Educação, direitos humanos e cidadania: fundamentos para a inclusão escolar da pessoa com deficiência. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**,

ISSN: 1984-686X | <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X91912>

Vargem Limpa, v. 7, n. 1, p. 173-190, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/665>. Acesso em: 5 maio 2025.

ROSA, Etiene Rossi de Aguiar; ALVES, Vicente Paulo; FALEIROS, Vicente de Paula. Com quem ficará meu filho? Uma preocupação dos pais que estão envelhecendo e não têm com quem deixar seus filhos com Síndrome de Down (SD), que também estão envelhecendo. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 109-121, set. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/26474>. Acesso em: 5 maio 2025.

ROSETTO, Andréia Migliorini; PIECKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Múltiplos sentidos da inclusão da pessoa com deficiência intelectual em processo de envelhecimento: narrativas familiares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, p. e290063, 2024. Disponível em: [SciELO Brasil - Múltiplos sentidos da inclusão da pessoa com deficiência intelectual em processo de envelhecimento: narrativas familiares](https://www.scielo.br/j/ri/2024/29/290063.pdf). Múltiplos sentidos da inclusão da pessoa com deficiência intelectual em processo de envelhecimento: narrativas familiares. Acesso em: 9 set. 2025.

SANTOS, Alessandra Ferreira dos. Educação inclusiva: uma análise sobre os avanços e desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 36-45, maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-enfrentados>. Acesso em: 5 maio 2025.

SANTOS, Michelle Didone dos; et al. Falta de acessibilidade no transporte público e inadequação de calçadas: efeitos na participação de pessoas idosas com limitações sociais. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 161-174, mar./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/kpmsVnswSGGRkPxYt9mKpvd>. Acesso em: 5 maio 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca; SILVA, Cristiane Ribeiro da; PEDROSO, Gabriela Saes. O idoso e a deficiência – Um novo olhar à questão da inclusão social do idoso. In: **Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI**, 2008, Brasília. p. 1017-1033. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasilia/06\\_577.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasilia/06_577.pdf). Acesso em: 5 maio 2025.

SILVA, Eline Cristina de Paula; SOUSA, Leonardo Loiola Silva de Abreu; NEGREIROS, Fauston. Estágio não obrigatório na Educação Especial: práticas e contribuições para a formação profissional docente. **Revista Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 7, n. 1, p. 62-72, 2020. Disponível em: [https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2020/06/5\\_REdLi\\_2020.1.pdf](https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2020/06/5_REdLi_2020.1.pdf). Acesso em: 5 maio 2025.

SILVA, Giovana Oliveira da; et al. O que sabemos sobre gênero e sexualidade na velhice? Uma revisão sistemática. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p.

141-156, 2022. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/4492>. Acesso em: 5 maio 2025.

SILVA, Margaret da Conceição; MIETO, Gabriela Sousa de Melo; OLIVEIRA, Valéria Marques de. Estudos recentes sobre inclusão laboral da pessoa com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 469-486, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/w5k4XcStbBCWJHLL8DLdFBD/>. Acesso em: 5 maio 2025.

SILVA, Rosane Seeger da. **O processo de envelhecimento da pessoa com deficiência intelectual e sua família**. Orientadora: Elenir Fedosse, 2016. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de. **Envelhecer com deficiência intelectual**: ouvindo a cidade e a família. Orientadora: Anita Liberalesso Neri, 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

SOUZA, Fabíola Ribeiro de. **A inclusão/exclusão escolar**: concepções de pais e de jovens alunos com deficiência intelectual. Orientadora: Sandra Francesca Conte de Almeida, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brsaília, 2010.

SOUZA, Flávia Faissal de; PLETSCH, Márcia Denise. A relação entre as diretrizes do sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 97, p. 831-853, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/7dvMYywhKCgCSwjk4ZFSW5g>. Acesso em: 5 maio 2025.

TRINTINAGLIA, Vanessa; BONAMIGO, Andrea Wander; AZAMBUJA, Marcelo Shenk de. Políticas públicas de saúde para o envelhecimento saudável na América Latina: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 35, p. 1-15, jan. 2022. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/11762>. Acesso: 5 maio 2025.

VALADARES, Maíra de Oliveira; et al. Perfil de publicações sobre turismo com pessoas idosas no Brasil. **Concilium**, v. 23, n. 12, p. 447-466, 2023.

VIEIRA DA S. FALCÃO, D.; GLORIA DE BRITTO, V.; DE SOUSA BRITO DIAS, C. M. FILHA IDOSA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E CUIDADOS PATERNOS. **Apaec Ciência**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 70-85, 2021. Disponível em: <https://apaecienca.org.br/index.php/revista/article/view/229>. Acesso em: 9 set. 2025

VIGOTSKI, LevSemionovitch. **Obras completas – Tomo cinco**: fundamentos de defectologia. Cascavel: EDUNIOESTE, 2019.

ISSN: 1984-686X | <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X91912>



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0).